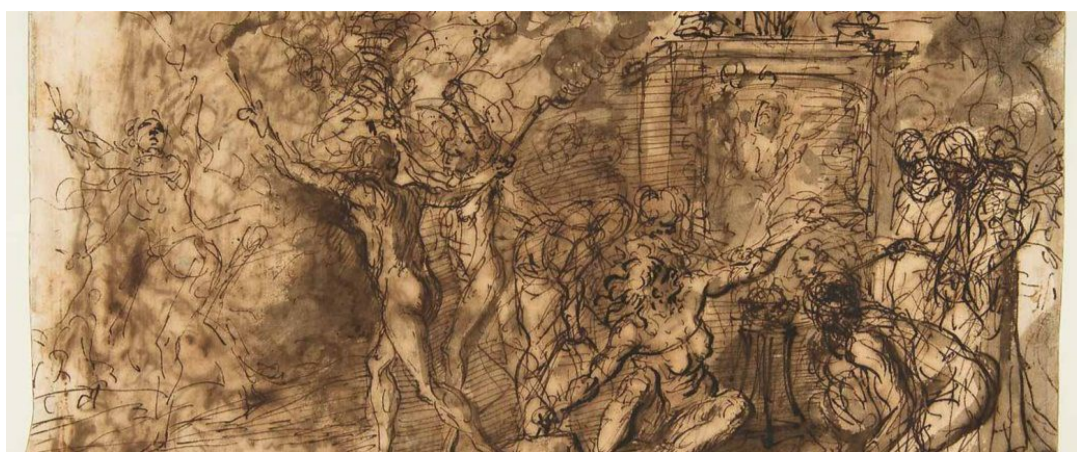


Uma caça às bruxas na Cidade na Colina: o caso dos julgamentos de Salem

Jornal da Universidade / 8 de setembro de 2022 / Artigo



Artigo | Arthur Lima de Ávila, professor do departamento de História, analisa os eventos como mecanismo de eliminação da diferença e de reordenamento social, característicos da crise política e cultural vivida por aquela sociedade

*Por: Arthur Lima de Ávila

*Foto: *Sabá de Bruxas: mulheres reunidas em torno de uma árvore. Salvator Rosa (Nápoli, 1615; Roma 1673).*

Desenho em caneta e pincéis. Dimensões: 21,8 x 31,7 cm. (Fonte: Metropolitan Museum, Nova York)

Poucas “caças às bruxas” são tão conhecidas como as ocorridas em Salem, na Massachussets colonial, nos anos de 1692 e 1693. Com amplas ressonâncias na cultura pop contemporânea (basta recordar a famosa peça de Arthur Miller, *“The Crucible”*, por exemplo, ou dos inúmeros filmes de horror inspirados por esses eventos), os “julgamentos de Salem”, como ficaram conhecidos tais acontecimentos, acabaram por desvelar as profundas paranoias e inseguranças, além das inegáveis iniquidades de gênero e raça, da sociedade da Nova Inglaterra puritana. Ali, aqueles devotos calvinistas se confrontaram não com o demônio em si, mas com as fraturas internas de sua sociedade que, embora tenha sido concebida como uma “Cidade na Colina” exemplar às outras nações do globo, era atravessada por intensas rivalidades políticas e pelas contradições de um mundo em franco e violento processo de modernização.

Tudo começou quando Betty Parris e Abigail Williams – filha e sobrinha do pastor Samuel Parris, respeitada, embora polêmica, figura local – começaram a apresentar um comportamento anormal, contorcendo-se, gritando incessantemente e atirando coisas pelos cômodos, sem que existisse, para seus responsáveis, qualquer motivo aparente. Logo, outras jovens da aldeia repetiram os mesmos sintomas, inclusive durante um encontro religioso-político dos cidadãos locais. Para a maioria, firme na crença na bruxaria e num demônio todo-poderoso que era característica do puritanismo novo-inglês (Cotton Mather, sua liderança intelectual e teológica, dedicou diversos tratados a esse problema), nenhuma outra explicação era possível que não a da possessão demoníaca ou do enfeitiçamento coletivo.

Não tardou para que, no esteio de acusações sem provas, três mulheres, todas *outsiders* ou desafiadoras dos rígidos padrões de gênero puritanos, fossem denunciadas: Sarah Osborn, pouco religiosa e ativa economicamente; Sarah Good, empobrecida, reduzida à mendicância e pouco afeita à “boa sociedade” de Salem; e, a mais conhecida delas, Tituba, escravizada por Parris e de origem caribenha, provavelmente indígena (ainda que apareça como africana em várias ficcionalizações dos episódios). Todas elas eram, aos olhos conservadores, ameaças à ordem estabelecida, fossem porque não se submetiam à estrutura econômica e religiosa patriarcal (Osborn), fossem porque escarneciam das hipocrisias dos bons cristãos (Good) ou fossem porque representavam uma Outra não branca e não cristã impossível de ser assimilada (Tituba).

Nessa lógica, similar à de outras caças às bruxas do mesmo período (como analisou Sílvia Federici), as acusações de bruxaria eram um mecanismo de eliminação tanto do diferente quanto de reordenamento social violento, cujo impacto era sentido sobretudo pelas mulheres marginalizadas.

Na sequência das primeiras denúncias, seguiram-se outras, todas baseadas somente nas “evidências espectrais” oferecidas pelas garotas e outros suspeitos e suspeitas, que não raro duvidavam das acusações iniciais ou questionavam o poder político local. As “confissões”, obtidas por meio de torturas, tornaram-se a “prova” de que Satã estava à espreita na Nova Inglaterra: o delírio coletivo que se seguiu e estimulou as perseguições, amparadas na autoridade dos teólogos e pastores de Salem e Boston, é sintomático das apreensões puritanas em relação ao espaço americano, imaginado como uma *“wilderness”* repleta de demônios e ameaças sobrenaturais, e à perda de coesão social diante das transformações pelas quais passava a Nova Inglaterra naquele contexto (diversificação demográfica, luta de classes, guerras interimperiais constantes e enfraquecimento da religiosidade coletiva, para citarmos os principais).

Somente quando os dedos acusadores apontaram para membros proeminentes da sociedade novo-inglesa, incluindo a esposa do governador William Phips, é que os julgamentos chegaram ao seu termo, em abril de 1693, com um custo de dezenove execuções, o esgarçamento da respeitabilidade política do calvinismo e o descrédito das autoridades e denunciantes envolvidas nos juízos (Parris, por exemplo, não retomaria seu antigo status e a menina Williams fugiria da cidadela sem deixar vestígios, sumindo por completo dos registros históricos).

A sua consequência mais duradoura, contudo, seria, de acordo com Emerson Baker, a eventual desaparecimento dos julgamentos por bruxaria das Treze Colônias, o que significava um importante passo em direção à secularização social, mesmo que incompleta e conturbada – Salem foi o “fósforo”, diz o historiador, que “acendeu a fogueira” que derrubaria a Cidade na Colina puritana para sempre.

Sob esse ângulo, segundo Alan Taylor, os acontecimentos de Salem eram menos uma demonstração de força do que de fraqueza e marcavam uma crise política e cultural que, sem outros canais de expressão, se encarnou na brutalidade e irracionalidade acusatória da caça às bruxas. Não é coincidência, assim, que aqueles julgamentos tenham, na imaginação norte-americana, se convertido em uma poderosa metáfora para desastrosos persecutórios como o macartismo ou, mais recentemente, o pânico moral trumpista ao redor da teoria crítica da raça. Pelo visto, os espectros de Salem continuarão a assombrar os Estados Unidos ainda por muito tempo.

Arthur Lima de Ávila é professor do departamento de História.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

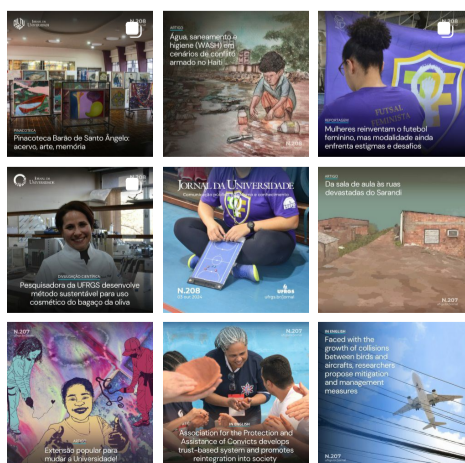
:: Posts relacionados

- Mulheres reinventam o futebol feminino, mas modalidade ainda enfrenta estigmas e desafios
- Barreiras implícitas dificultam a equidade de gênero na Justiça Federal
- Violência política de gênero em tempo de neoconservadorismo
- Leitura para o empoderamento feminino

INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow



View on Instagram

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br